

“O MANO FRANCISCO CONTINUA A GOVERNAR A SUA CASA”: A ATUAÇÃO POLÍTICA DO VISCONDE DE SUASSUNA (1830 – 1880)

Marcos Santos¹

Resumo:

Este artigo investiga a trajetória política do Visconde de Suassuna, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, no contexto do Império brasileiro, destacando sua influência e estratégias de manutenção de poder entre 1830 e 1880. O estudo centra-se na atuação da família Cavalcanti de Albuquerque, que, através de alianças, cargos públicos e participação em espaços de sociabilidade, consolidou-se como uma das principais forças políticas de Pernambuco no século XIX. Utilizando fontes como periódicos, inventários e bibliografia especializada, o artigo analisa como o Visconde de Suassuna e seus irmãos dominaram o cenário político local e nacional, ocupando posições no Senado, na Assembleia Provincial e no governo de Pernambuco. Os resultados demonstram que a família Cavalcanti de Albuquerque se manteve no poder através de uma combinação de prestígio militar, propriedades rurais e estratégias matrimoniais, adaptando-se às mudanças do período pós-Independência.

Palavras-chave: Visconde de Suassuna; Política imperial; Pernambuco oitocentista; Cavalcanti de Albuquerque.

Abstract:

This article investigates the political trajectory of Viscount Suassuna, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, in the context of the Brazilian Empire, highlighting his influence and strategies for maintaining power between 1830 and 1880. The study focuses on the actions of the Cavalcanti de Albuquerque family, which, through alliances, public office and participation in social spaces, consolidated itself as one of the main political forces in Pernambuco in the 19th century. Using sources such as periodicals, inventories and specialized bibliography, the article analyzes how Viscount

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco - PPGH/UFPE. Pós-graduando, na modalidade "Latu Sensu" - Especialização, em História do Brasil pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo - FAMEESP. Licenciado em História pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (2024.2). Atualmente, é professor de Ciências Humanas do Colégio Jardim Piedade. Email: marcosfeliipe2212@gmail.com

de Suassuna and his brothers dominated the local and national political scene, occupying positions in the Senate, the Provincial Assembly and the government of Pernambuco. The results demonstrate that the Cavalcanti de Albuquerque family remained in power through a combination of military prestige, rural properties and matrimonial strategies, adapting to the changes of the post-Independence period.

Keywords: Viscount of Suassuna; Imperial politics; 19th century Pernambuco; Cavalcanti de Albuquerque.

INTRODUÇÃO

Entre os muitos nomes que compuseram a elite política do Brasil no século XIX, destaca-se a família Cavalcanti de Albuquerque, cuja influência extrapolava os limites da província de Pernambuco e se projetava no cenário nacional. A trajetória desse grupo familiar é representativa dos processos de construção e manutenção de poder no Império brasileiro, especialmente por meio das redes de sociabilidade, alianças políticas e vínculos econômicos que teciam. Como destacou Afonso Taunay (1997, p.107), trata-se do único caso em que três irmãos ocuparam, simultaneamente, cargos de senadores do Império, revelando a força de um projeto familiar que atravessou décadas.

Entre esses personagens, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, mais conhecido como Visconde de Suassuna, figura como peça central na articulação política da família no período de 1830 a 1880. Apesar de sua relevância, o Visconde permanece relativamente pouco estudado na historiografia, que geralmente volta seus olhares para figuras como seus irmãos, o Visconde de Camaragibe ou o Barão de Muribeca. Sua atuação, entretanto, foi fundamental para a consolidação da influência dos Cavalcanti, tanto nas esferas locais quanto nas estruturas imperiais.

Ao analisarmos a política imperial em Pernambuco, constata-se a notável continuidade de determinadas famílias no exercício do poder ao longo do oitocentos. Essa perpetuação evidencia as estratégias de manutenção de influência adotadas pelas elites locais, que transcendiam gerações e se consolidavam através de redes familiares, alianças políticas e patrimoniais. No caso dos Cavalcanti de Albuquerque, esse protagonismo manifestava-se não apenas pela frequência com que ocupavam cargos de

relevância — como deputações, presidências provinciais e postos no Senado —, mas também pela sua notável capacidade de adaptação frente às transformações políticas, econômicas e sociais que marcaram o Brasil entre o Primeiro Reinado e a crise do sistema escravista.

A proeminência dos Cavalcanti não foi fruto do acaso, mas resultado de uma articulação consciente entre interesses econômicos, sociais e institucionais. A família operava de forma a combinar a administração de seus engenhos — que garantiam a base material e simbólica de sua riqueza — com a ocupação sistemática de espaços decisórios, tanto na província quanto na esfera imperial. Essa lógica de atuação permitia-lhes exercer influência sobre a legislação, as nomeações e os rumos da política local e nacional, perpetuando um ciclo de reprodução de poder sustentado por práticas como o clientelismo, as alianças matrimoniais e a mobilização de redes de sociabilidade.

A trajetória do Visconde de Suassuna insere-se nesse contexto de articulação entre poder econômico e capital político. Sua presença constante nos espaços de decisão, associada à administração de um vasto patrimônio, revela como sua atuação foi fundamental não apenas para seus interesses pessoais, mas também para a manutenção e expansão do projeto familiar dos Cavalcanti. Sua ascensão ao Senado do Império, bem como sua participação em instâncias como a Assembleia Provincial e a presidência da província de Pernambuco, demonstra que sua influência transcendia os limites geográficos de sua terra natal, articulando-se diretamente com o centro do poder imperial.

Conforme Bourdieu (2006, p.183), a trajetória de um indivíduo constitui-se a partir da análise dialética entre os diversos campos sociais nos quais ele atuou e das estratégias por ele mobilizadas nesses espaços de disputas. Este artigo busca, portanto, analisar a atuação política do Visconde de Suassuna entre as décadas de 1830 e 1880, investigando como sua trajetória exemplifica os mecanismos de reprodução das elites escravistas no Brasil imperial. A hipótese que orienta este trabalho é que sua permanência no cenário político não pode ser compreendida apenas a partir de sua inserção institucional, mas sobretudo pela forma como mobilizou sociabilidades, alianças econômicas, vínculos familiares e redes de poder que operavam tanto na província quanto na Corte. A análise apoia-se em fontes como periódicos oitocentistas

— especialmente aqueles disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional —, inventários post-mortem e documentação patrimonial, buscando, assim, compreender as conexões entre política, sociabilidade e patrimônio no Brasil do século XIX.

A POLÍTICA IMPERIAL

A ascensão e a permanência dos Cavalcanti de Albuquerque na política pernambucana ao longo do século XIX não foram fruto do acaso, mas o resultado de uma articulação cuidadosa entre interesses econômicos, sociais e institucionais. A família operava de maneira estratégica, combinando a administração de seus engenhos açucareiros — que garantiam a base material de seu poder — com uma inserção sistemática nos principais espaços de decisão política, como a Assembleia Provincial, o Senado do Império e o Conselho de Estado. Essa atuação articulada, tanto no campo econômico quanto no político, permitia-lhes exercer influência direta sobre a formulação de leis, as decisões administrativas e as nomeações para cargos-chave, perpetuando um ciclo de autorreprodução no poder. Esse padrão reflete, de maneira clara, como as elites escravistas do Império conseguiam transformar riqueza em influência duradoura, apoiando-se em práticas como o clientelismo, alianças matrimoniais e redes de sociabilidade construídas em torno de laços familiares e econômicos.

Esse modelo de reprodução de poder estava profundamente entrelaçado com a própria formação do Estado Imperial brasileiro, cuja estrutura foi moldada para atender, em grande medida, aos interesses das elites locais. Como demonstra José Murilo de Carvalho (2021, p.28), a homogeneidade dessa elite não residia exclusivamente na sua origem econômica, mas na partilha de um status social específico, fortemente vinculado à ocupação de cargos públicos e à dependência do Estado como espaço de projeção e consolidação de poder. Embora ancorada na agricultura escravista — base econômica do Império —, essa elite não se confundia integralmente com os grandes senhores de engenho tradicionais (CARVALHO, 2021, p.29). O Estado Imperial operava, assim, dentro de uma lógica ambígua: ao mesmo tempo que absorvia os interesses dos grandes proprietários escravistas, também oferecia abrigo a setores em declínio, como pequenos

proprietários endividados e comerciantes de escravizados afetados pelas transformações no mercado atlântico.

No contexto das décadas iniciais do Império, sobretudo durante o período regencial (1831-1840), o cenário político foi marcado por intensas disputas internas, revoltas provinciais e desafios constantes à manutenção da unidade nacional. A instabilidade provocada pelas medidas descentralizadoras do Ato Adicional de 1834 culminou, ainda na década de 1830, na ascensão do Regresso Conservador, movimento liderado por figuras como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão. Esse grupo defendia uma profunda reorganização institucional, sobretudo no campo judiciário, além da centralização do poder como forma de assegurar a ordem, proteger a integridade do Estado e preservar os interesses das elites agrárias e escravistas. No cerne desse projeto estava a necessidade de conter as ameaças representadas pelas revoltas regionais e pelos grupos sociais marginalizados que questionavam a ordem imperial.

A partir da década de 1850, emergiu no cenário político o projeto de conciliação, articulado principalmente pelo Marquês de Paraná. Esse projeto buscava superar as rivalidades entre liberais e conservadores, promovendo uma governabilidade mais estável no Império. Os Cavalcanti de Albuquerque, especialmente por meio das atuações do Visconde de Camaragibe e do Barão de Muribeca — que ocupavam, respectivamente, as funções de presidente e vice-presidente do Partido Conservador —, estiveram diretamente envolvidos nesse processo de reconfiguração da política imperial. No exercício da presidência do Conselho de Ministros, Paraná implementou reformas fundamentais, como a Lei dos Círculos, que modificou o sistema eleitoral, além de adotar práticas de distribuição de cargos que priorizavam critérios de competência e lealdade ao governo, reduzindo momentaneamente o peso das disputas puramente partidárias (ESTEFANES, 2013, p.36-37).

Embora não tenha eliminado os conflitos, a política de conciliação proporcionou um período de relativa estabilidade institucional, reforçando a imagem do Império como um regime capaz de administrar tensões e manter a unidade nacional. Esse contexto foi particularmente favorável às elites provinciais, como os Cavalcanti, que se beneficiaram das estruturas do Estado para assegurar a continuidade de seu projeto de poder,

articulando interesses econômicos, alianças familiares e redes de influência tanto na província quanto na Corte.

Como demonstra Sheila de Castro Faria, em *A Colônia em Movimento* (1998, p.43), a família — compreendida em seu sentido amplo, que ultrapassa os laços meramente consanguíneos — foi, desde o período colonial, o eixo estruturante das dinâmicas sociais, econômicas e políticas no Brasil. A partir da análise de fontes como inventários, testamentos e registros paroquiais, a autora evidencia como as estratégias matrimoniais — em especial, a união de comerciantes portugueses com filhas de proprietários rurais — desempenharam papel central na ascensão social, na acumulação de riqueza e na consolidação de prestígio. Essa lógica demonstra que as alianças familiares não se restringiam ao âmbito privado, mas se projetavam diretamente sobre a formação das elites locais, atuando como mecanismo fundamental de reprodução do poder em uma sociedade profundamente marcada pela escravidão e pela rigidez das hierarquias sociais.

No contexto imperial, essa lógica de reprodução familiar manteve-se, ainda que adaptada às novas configurações institucionais. Estudos como os de Marcos Ferreira de Andrade e Maria Fernanda Martins (ANDRADE; MARTINS, 2007, p.432) demonstram que as elites regionais souberam transpor os limites do Antigo Regime, reconfigurando suas redes de poder de modo a se adequar à formação do Estado imperial brasileiro. No sul de Minas Gerais, famílias vinculadas à economia escravista consolidaram sua influência tanto por meio de alianças consanguíneas quanto por meio de relações extrafamiliares, inserindo-se ativamente na construção do aparato estatal. Martins (2007, p.432) argumenta que essas redes, apesar de compostas por indivíduos com trajetórias diversas, carregavam uma continuidade histórica que vinculava as antigas nobrezas coloniais às estruturas administrativas e políticas do Império. Ambas as análises convergem na compreensão de que a permanência das elites não se deu por mérito individual, mas sim pela notável capacidade de suas redes se adaptarem às mudanças políticas e institucionais.

José Murilo de Carvalho (2021, p.28) aprofunda essa discussão ao observar que as elites imperiais brasileiras assumiram distintas configurações, de acordo com a base a partir da qual exerciam seu poder. Nos contextos em que a burocracia estatal se apresentava como principal fonte de prestígio, verificava-se uma sobreposição

significativa entre os estratos superiores da administração pública e a elite política — fenômeno bastante evidente no caso português, marcado pela ocupação simultânea de cargos ministeriais, judiciais e assentos parlamentares. Por outro lado, em realidades nas quais a dinâmica política estava centrada no funcionamento dos parlamentos e dos partidos, a elite construía sua influência a partir de bases distintas do aparelho de Estado, fundamentando-se na articulação de redes clientelísticas, econômicas e familiares, capazes de garantir acesso ao poder e à manutenção de privilégios de forma relativamente autônoma em relação às estruturas formais.

A FAMÍLIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Os Cavalcanti de Albuquerque foram construindo seus poderes aos poucos. Desde o século XVI, quando se fundaram aqui em Pernambuco, seus membros galgavam espaços no poder, na maioria das vezes, através do enobrecimento. Porém, foram os filhos do capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Coronel Suassuna), que casou-se com Maria D. Maria Rita de Albuquerque Mello, que se destacaram no pleito dominaram a política imperial. Foram eles: Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Francisco e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Esse último, considerado pelo Marquês do Paraná o mais capaz dos irmãos Cavalcanti, não viveu o suficiente para nobilitar-se com os outros.

O caminho traçado foi longo. Desde os dias do Brasil colônia de Portugal, os Cavalcanti queriam poder, mesmo que para conseguir um Foro ou Hábito de Ordem, se dissessem mais nobres e ricos do que realmente eram. Mas, isso não era um caso apenas Cavalcanti. Muita gente se justificava mais importante do que era. Mesmo com tudo isso, os Cavalcanti de Albuquerque chegavam ao Senado no final da década de 1830, fruto de um longo caminho em busca de espaços no poder. De acordo com Paulo Cadena (2013, p. 19), desde 1826 que os Cavalcanti ocupavam cadeiras na câmara dos Senadores como deputados. E, apesar da oposição a essa família, os ditos “Cavalgados”, eles nunca saíram do poder e obtiveram muitos prestígios ao longo dos anos.

Eles dominaram efetivamente o cenário político pernambucano entre os anos de 1837 e 1844. Porém, a família elaborava estratégias desde o século XVIII, para atingir os mais altos postos. E assim conseguiram. De acordo com Taunay (1978, p. 160), somados aos parentes da Paraíba e Alagoas, aos aliados pernambucanos como Araújo Lima, Rego Barros, Maciel Monteiro e a Nabuco de Araújo - que começou a carreira em Pernambuco sob a proteção deles -, formavam uma bancada de quinze senadores em meados do século XIX.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender os desafios enfrentados pelos Cavalcanti de Albuquerque ao longo do século XIX, bem como as alianças que foram tecidas e, por vezes, rompidas no curso de sua trajetória política. A participação da família nas tensões que atravessaram a formação do Brasil independente revela não apenas sua busca constante por espaços de poder, mas também sua habilidade em transitar entre momentos de oposição e alinhamento à Coroa.

Em 1817, os Cavalcanti de Albuquerque voltaram a se insurgir contra o governo colonial, protagonizando, junto a outros setores da elite, o movimento revolucionário que buscava a emancipação de Pernambuco. Esse episódio evidencia que os anseios por autonomia política eram ainda mais intensos do que em 1801. Muitos dos protagonistas da Revolução de 1817 já integravam, anos antes, os círculos de sociabilidade intelectual promovidos pelos próprios Cavalcanti, nos quais se discutiam os rumos da libertação política da província.

A participação dos grandes proprietários na Revolução de 1817 é incontestável, como demonstra a expressiva presença de senhores de engenho entre os envolvidos. No entanto, os irmãos da família Suassuna, em especial, exerceram um papel de “elementos-chave” no desenvolvimento do movimento. Ainda assim, à semelhança de outros membros da elite, sua atuação foi marcada por uma postura ambígua, pautada na busca por salvaguardas que lhes permitissem uma retirada estratégica caso a insurreição fracassasse.

Posteriormente, em 1824, durante a Confederação do Equador, os irmãos Cavalcanti se posicionaram de forma contrária ao governo de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, movimento que marcou o início de uma trajetória ascendente no cenário político pernambucano. Essa ascensão se consolidaria ao longo do Primeiro Reinado, estendendo-se até a abdicação de D. Pedro I, em 1831. Nesse período, Luiz Francisco e

Antônio Francisco atuaram com significativa autonomia, equilibrando a defesa de seus interesses locais com articulações junto à Corte no Rio de Janeiro. Conforme observa Paulo Cadena (2013, p.65), adotavam um discurso federalista na capital imperial, enquanto, paradoxalmente, defendiam práticas centralizadoras na política provincial pernambucana.

Essa capacidade de adaptação e pragmatismo político permitiu aos Cavalcanti manterem-se próximos do Imperador desde os episódios da Confederação do Equador até os desdobramentos da Revolução Praieira. No contexto local, a condução dos interesses da família ficou, em grande parte, a cargo de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, futuro Visconde de Suassuna. No plano partidário, observa-se, ainda, uma divisão estratégica: enquanto Antônio Francisco migrou para o Partido Liberal, seus irmãos Francisco de Paula e Pedro Francisco — posteriormente titulados Visconde de Suassuna e Visconde de Camaragibe, respectivamente — filiaram-se ao Partido Conservador. Essa configuração garantiu à família uma posição privilegiada, independentemente da composição ministerial ou das alternâncias de governo, assegurando sua permanência nas estruturas de poder tanto na província quanto no centro do Império.

A ATUAÇÃO DO VISCONDE DE SUASSUNA

Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque nasceu em 10 de junho de 1793, em Pernambuco. Filho primogênito de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Coronel Suassuna) e Maria Rita de Albuquerque Melo. Irmão de Antônio Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe), Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca) e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Foi um proprietário rural, militar e político brasileiro. Casou, em 21 de novembro de 1813, no Recife, com sua prima D. Maria Joaquina Cavalcanti Salgado, filha de Ana Maria Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque e de Joaquim José Vaz Salgado, que deve ter-lhe rendido um bom dote.

Em 1807, serviu no regime de artilharia de Olinda. Foi promovido a 2º tenente por patente real de 16 de Março de 1813, a 1º tenente da companhia de bombeiros do

mesmo regime por patente de 20 de Junho de 1816, e posteriormente, deixando o serviço militar de 1º linha, passou a servir na 2º, foi nomeado tenente coronel comandante do batalhão de caçadores número 54, por decreto de 13 de julho de 1827. Em 1817, já ocupava o posto de 1º tenente do regime de artilharia do Recife. Quando rompeu a revolução de 6 de março, Francisco de Paula achou-se à frente de toda a marcha revolucionária e tomou parte em todos os movimentos, combatendo juntamente com o pai. Quando restabeleceu a autoridade real, foi preso e seguiu para a Bahia, onde passou 4 anos preso. Em 1821, livre da prisão, retorna à província de Pernambuco.

Nos “vai e vens” da política, distinguiu-se pelo seu caráter enérgico. Depois de ter ocupado, em várias legislaturas, à assembleia geral, foi incluído na lista tríplice e escolhido Senador do Império, por carta imperial de 29 de outubro de 1839. Também foi Governador da Província de Pernambuco, na qualidade de vice-presidente, em duas temporadas: de 12 de abril de 1827 a 30 de janeiro de 1827, e de 12 de maio a 30 de outubro de 1838, e como presidente, pouco tempo depois disso. Após a sua escolha para membro da câmara vitalícia, ocupou também o cargo de Ministro da Guerra, entre 4 de julho de 1840 e 23 de março de 1841. Em 1841, o governo imperial conferiu-lhe o título de Barão de Suassuna, elevando-o depois ao de Visconde, e conferindo-lhe depois outros, não menos honrosos.

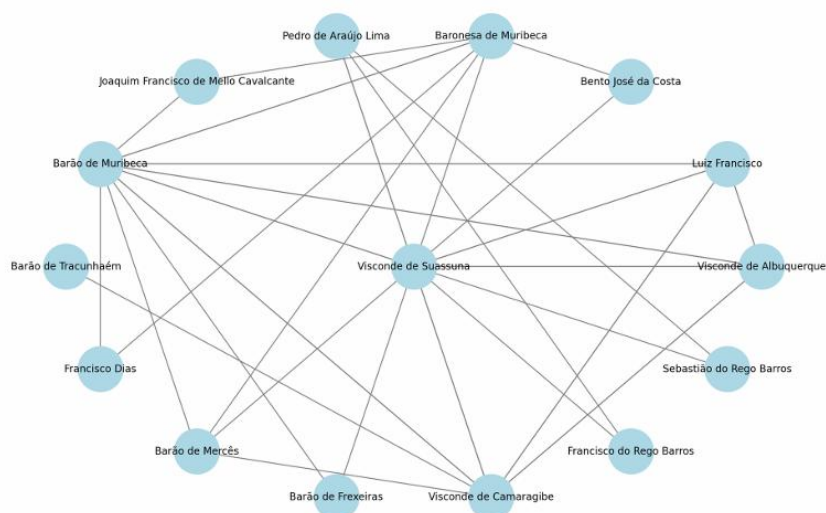
Em 1859, a cidade do Recife recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II e sua esposa, a Imperatriz Teresa Cristina. Com isso, a Associação Comercial Beneficente ofereceu um baile em sua homenagem. Esse baile foi relatado em um texto, veiculado no Jornal do Recife (BN, Hemeroteca Digital, Jornal do Recife, 2412/1859, n.52, p4). Nesse texto, podemos observar a presença da mais alta elite pernambucana, incluindo alguns membros da família Cavalcanti de Albuquerque. Além deles, podemos observar também alguns aliados da família, como o Francisco do Rego Barros e sua esposa – Maria Ana Francisca Cavalcanti de Albuquerque Maranhão. Com isso, percebemos as festas como um espaço não só de lazer, mas de interações e sociabilidades.

O inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – o Visconde de Suassuna – (IAHGP, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 1880), indica uma boa quantidade de bens de raiz, que inclui o Palacete do Pombal, além de uma porção de móveis na estrada do Pombal e um terreno no mesmo lugar; o Palacete no pátio de São Pedro, parte no engenho Suassuna, localizado na Comarca de Jaboatão, engenho

Fortaleza, que ficava na comarca de Escada e alguns engenhos com endereço na comarca de São Lourenço. Fazia parte também o engenho Camurim, Santa Rita, Pintangueira, Gurgeia e Rodisio; o Sítio em Olho de Boi, parte na ilha Joana Bezerra e a ilha São João. A ligação mais suspeita encontrada foi a dívida do visconde com o Bento José da Costa, que seus herdeiros ficam responsáveis por resolver, adicionando um Cavalcanti a negócios e dívidas com sua família, no valor de 8:549#216. Dessa forma, é importante pensarmos que tal dívida, perpassa gerações de interações. A dívida era do pai do Visconde, morto em 1821. Bento José da Costa morre em 1834, em plena ação do tráfico.

A primeira fase da vida do Visconde de Suassuna foi aquela onde ele esteve ligado diretamente à política, assumindo a presidência de Pernambuco, cadeiras na Assembleia Provincial e Geral, além do período de atividades no Senado, até os idos da década de 1840. É por esse tempo que sua fortuna entra em ascensão e que consegue angariar a maioria dos seus bens. A segunda fase de abandono das suas propriedades, é a mesma do abandono da cadeira no Senado e afastamento da vida política. Dessa forma, vamos entendendo que a política era o grande fermento dos bens da casa do Visconde de Suassuna, assim também, o dos seus irmãos.

REDE DO VISCONDE DE SUASSUNA



CONCLUSÃO

A análise da trajetória de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Suassuna, permite compreender de forma mais ampla os mecanismos de reprodução das elites políticas no Brasil imperial, particularmente no contexto pernambucano. Sua atuação evidencia como o poder não se restringia às esferas institucionais formais, mas era sustentado por uma complexa rede de relações familiares, alianças políticas e vínculos econômicos que atravessavam gerações e se adaptavam às transformações do período.

Ao longo das décadas de 1830 a 1880, o Visconde de Suassuna não apenas ocupou cargos de destaque no cenário político local e imperial, mas também desempenhou papel central na consolidação do projeto de poder da família Cavalcanti de Albuquerque. Sua trajetória confirma que a manutenção no poder não se dava apenas pela ocupação de cargos eletivos ou pela proximidade com o centro do Império, mas, sobretudo, pela capacidade de mobilizar estratégias que articulavam patrimônio, sociabilidades e inserção nas redes decisórias da política imperial.

O caso do Visconde de Suassuna revela, ainda, que a formação do Estado imperial brasileiro foi profundamente condicionada pela atuação dessas elites regionais, cujas práticas remontavam ao período colonial, mas que, no século XIX, se reorganizaram diante das novas estruturas institucionais. A capacidade de transitar entre projetos políticos — ora alinhando-se ao centralismo, ora mobilizando discursos federalistas conforme as circunstâncias — demonstra o grau de flexibilidade e pragmatismo que caracterizava essas lideranças.

Dessa forma, estudar a atuação do Visconde de Suassuna e de sua família contribui não apenas para aprofundar o entendimento sobre a política pernambucana oitocentista, mas também para refletir sobre os processos mais amplos de construção e manutenção do poder no Brasil imperial. Ao lançar luz sobre as articulações locais e suas conexões com o centro do Império, este trabalho reforça a importância de compreender a política oitocentista para além das instituições formais, atentando-se às dinâmicas familiares, econômicas e sociais que sustentavam o funcionamento do Estado e da sociedade brasileira naquele período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799 – 1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia**. Recife: Typografia União, 1847.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **Ou há de ser Cavalcanti, Ou há de ser Cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844)**. Recife: UFPE, 2013.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. A Insurreição Praieira. In: **Almanack Brasiliense**, nº8, novembro de 2008, p. 13. Acessado em: http://www.almanack.usp.br/PDFS/8/08_Forum_01.pdf, aos 20 de maio de 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/ Teatro das sombras**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

ESTEFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o Império – O Marquês de Paraná e a política imperial – 1842 – 1856**. São Paulo: Annablume, 2013.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento – fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como – Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro – História e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, pp. 169 – 178.

IMIZCOZ, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane. Economía Doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica. In: IMÍZCOZ BEUNZA, José Maria; OLIVERI KORTA, Oihane (eds.). **Economía Doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen**. Madrid: Sílex, 2010.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores &**

Negociantes. História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 403 – 434.

TAUNAY, Affonso E. **O Senado do Império no Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1978.

Revista
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA